

O TRABALHO DO PROFESSOR-TUTOR NOS CURSOS A DISTÂNCIA: UM OLHAR SOBRE A REGULAMENTAÇÃO E A ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO DOCENTE EM ALGUMAS IES PÚBLICAS DE PERNAMBUCO

Julho 2011

José Severino da Silva – UFPE – js.pedagogo@gmail.com

Educação Media e Tecnologia

Sistemas e Instituições

Descrição de Projeto em Andamento

Investigação Científica

RESUMO

A educação a distância se consolida cada vez mais como modalidade educacional. Nesse sentido, avaliou-se a necessidade de se analisar o atual modelo docente cristalizado pelas IES públicas em Pernambuco a partir do modelo UAB com foco no papel docente desenvolvido pelo professor-tutor nesta estrutura. O desenvolvimento do nosso estudo partiu da análise de alguns dos principais documentos que regulamentam a profissão do professor-tutor que atua na educação a distância, da observação das necessidades de construção de novas competências e habilidades para o desenvolvimento da docência nos AVEAs no exercício da tutoria e da valorização profissional deste professor-tutor reconhecendo-o como docente na proposta educacional apresentada pelas IES para o desenvolvimento da ação docente nestes espaços. Observamos a manutenção de uma estrutura hierarquica de docência que se mantém numa postura hegemônica desde a proposta inicial do projeto UAB apesar da ação docente se encontrar concentrada na ação do professor-

tutor. Há, então, a necessidade de se reconhecer a sua ação como ação docente no processo de ensino-aprendizagem, uma vez que, apesar do mesmo não assumir um papel de destaque na equipe pedagógica das instituições acaba assumindo a docência dos cursos com o mesmo nível de exigência dos demais profissionais.

Palavras-chave: Educação a distância; professor-tutor; valorização profissional.

Introdução

A consolidação da Educação a Distância (EaD) como modalidade nas Universidades brasileiras, ampliou o número de vagas e a condição de acesso para alunos dispersos geograficamente, promovendo a inclusão de uma parcela significativa da população no ensino superior (Mota e Filho 2006). Porém, a inovação na implementação das políticas públicas de EaD encontrou alguns impasses na operacionalização dos cursos, principalmente no que diz respeito à função docente. As questões relativas ao pagamento dos professores que exercem a função docente, as atribuições, a precarização das condições de trabalho, a divisão de tarefas e o próprio papel dos professores na mediação pedagógica na EaD, ainda não foram suficientemente discutidas e reestruturadas no novo contexto da modalidade que se apresenta hoje.

No primeiro momento, a discussão sobre a função docente dos professores na EaD esteve pautada na transitoriedade dos projetos e o entendimento de que os professores das instituições iriam colaborar com a EaD, remunerados através de bolsas. Os primeiros cursos a distância criados no contexto do Programa Pró-Licenciatura, gerenciavam os recursos para pagamento de pessoal utilizando duas estratégias para o pagamento dos professores: a prestação de serviços e como bolsas. A prestação de serviços embutia a despesa com os encargos não previstos nos orçamentos e a opção pelo pagamento de bolsas ocasionava a fragilidade nas relações de trabalho. Em ambos os casos, a instituição estava sujeita aos inúmeros problemas trabalhistas advindos da precarização nas relações de trabalho. Com a ampliação da oferta de cursos a distância nas instituições públicas de ensino,

surgiu a necessidade de definições nas atribuições, funções e pagamento dos docentes.

O objetivo deste artigo é analisar a proposta para a tutoria nos cursos superiores a distância apresentada nos documentos oficiais que regulamentam a modalidade e as relações de trabalho docente dos professores como parte de uma pesquisa que se encontra em desenvolvimento.

1. Metodologia

A metodologia utilizada é a pesquisa qualitativa, com análise do conteúdo a partir dos documentos oficiais e entrevista semi-estruturadas com os professores-tutores participantes de cursos superiores a distância em IES públicas, em Pernambuco. Foram distribuídos questionários estruturados a partir do *Google Docs* que inicialmente foram distribuídos junto aos tutores que faziam parte da lista de contatos pessoais do pesquisador e redistribuídos aos tutores que faziam parte da lista de contatos pessoais dos participantes da pesquisa, totalizando 23 questionários distribuídos. Na organização para análise, os dados resultaram na participação de professores-tutores que pertenciam a 03 IES públicas e 01 privada.

Educação e Tecnologias: Mediando e Construindo Saberes na Educação a Distância

Esta pesquisa tem por finalidade discutir a contribuição do papel do professor/tutor no desenvolvimento de um curso a distância por meio da ação da mediação pedagógica desenvolvida por eles no ambiente virtual de aprendizagem.

***Obrigatório**

3-Você atua na função para qual foi selecionado(a)? *

Sim

Não

1-Qual é a sua formação? *

Digite a sua formação acadêmica

2-Qual é o curso em que você atua? *

Digite o nome do curso em que você atua como professor/tutor

4-Qual é a função que você desenvolve atualmente na EaD? *

Descreva sobre a atividade que você desenvolve no curso em que você atua na EaD

Figura 1: Questionário G DOCS utilizado na 1ª fase da pesquisa, out/dez de 2010.

Nosso recorte recai sobre os dados oriundos da IES pública, que denominaremos como Instituição 1. Localizada na zona norte da cidade do Recife, iniciou sua oferta dos cursos na modalidade no ano de 2005, com o programa Pró-Licenciatura do Ministério da Educação e passou a integrar o programa Universidade Aberta, também do Ministério da Educação, a partir do ano de 2006. No ano de 2009, segundo registros divulgados no site da

instituição e que constará nos nossos registros de pesquisa, já contava com o número de 4000 alunos inscritos em seus cursos oferecendo cursos de graduação, extensão, aperfeiçoamento e especialização totalizando 15 cursos oferecidos a partir da plataforma Moodle distribuídos da seguinte forma:

Na graduação, curso de Bacharelado em administração Pública, Bacharelado em Sistemas de Informação, Licenciatura em Computação, Licenciatura em Ensino de Ciências para as Séries Iniciais, Licenciatura em História, Licenciatura em Física, Licenciatura em Artes Visuais Digitais, Licenciatura em Letras e Licenciatura em Pedagogia. Na modalidade extensão, Gênero e Diversidade na Escola. Na modalidade aperfeiçoamento, Educação Ambiental, e, na modalidade especialização, oferece os cursos de Formação continuada em Mídias na Educação, Ensino de Ciências e Matemática, Especialização em Gestão Pública e gestão Publica Municipal.

2. Políticas públicas para regulamentação do trabalho docente na EaD

A estratégia utilizada pelo poder público para preencher a lacuna deixada pela legislação inicial começa a ganhar visibilidade a partir da promulgação da lei 11. 273, sancionada em 06 de 2006, pelo então presidente da república Luiz Inácio Lula da Silva, com a concessão para a remuneração dos profissionais envolvidos nesta modalidade através do pagamento de bolsas. Pela lei, fica determinada ao FNDE/CAPES a orientação pelo pagamento de bolsas de estudo e pesquisa para os profissionais participantes dos programas de formação de professores na modalidade a distância e para os professores envolvidos no desenvolvimento de metodologias de ensino para a modalidade. Após a modalidade se tornar oficial, a remuneração docente que se respaldava na seguinte estrutura:

Profissional	Função	Formação exigida	Valor
Professor	Desenvolvimento de pesquisas e metodologias na área de formação inicial.	03 anos de experiência docente no ensino superior.	1.200,00
Professor	Formadores, preparadores e supervisores de cursos.	01 ano de experiência no ensino superior.	900,00
Tutor	Participação na tutoria dos cursos	Formação mínima em nível médio, experiência de 01 no de magistério.	600,00

Fonte: Brasil, LEI Nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006.

A chamada “lei das bolsas” representa para os profissionais envolvidos no desenvolvimento da educação a distância uma das primeiras ações do poder público para criar uma estrutura de base no que tange a estrutura salarial para a modalidade. Nesse sentido, vale salientar que esta foi uma manobra do poder público para desvincular pagamentos adicionais aos servidores das universidades federais de ensino que inicialmente assumiam a atuação nos cursos na modalidade a distância, e que, por lei, havia o impedimento a pagamentos adicionais de servidores federais das universidades no desenvolvimento da docência na modalidade.

Nesta perspectiva, observamos a possibilidade criada pela esfera governamental do que Mota e Filho (2006) chamam de possibilidade para o pagamento do “auxílio” a professores e corpo de tutores e que “geraria reflexos na qualidade dos cursos elaborados e oferecidos a distância”. O que se observa na estrutura salarial que se apresenta é que há uma previsão para o pagamento, desde o acompanhamento direto nos ambientes virtuais de aprendizagem realizada pela tutoria, até o desenvolvimento de metodologias que visem à melhoria dos processos de ensino-aprendizagem nos cursos nesta modalidade.

Outra ação do poder público, desta vez mais recente, na tentativa de regulamentar a remuneração para os docentes envolvidos na EaD, acontece meio da resolução Nº 08 de 30 de abril de 2010 e publicada no diário Oficial da União (DOU) em 03 de maio de 2010, que atualiza os valores das bolsas pagas aos docentes na modalidade. De acordo com a resolução, ficam determinados os seguintes valores a ser pago aos profissionais docentes na modalidade:

Função	Formação Exigida	Valor
Coordenador de curso 1	03 anos de experiência de magistério	1.500,00
Coordenador adjunto	Formação mínima em nível superior e comprovação de magistério de 01 ano ou vinculação a programas de mestrado ou doutorado	1.100,00
Coordenador de ensino da IPES	Experiência de no mínimo 03 anos de magistério superior	1.400,00
Coordenador II da IPES	01 ano de magistério em nível superior ou vinculação a programas de mestrado	1.100,00

	ou doutorado	
Coordenação de tutoria	03 anos de magistério no ensino superior	1.300,00
Coordenador II	01 ano de magistério no ensino superior ou vinculação a programas de mestrado ou doutorado	1.100,00
Professor pesquisador conteudista	03 anos de experiência no ensino superior	1.300,00
Professor conteudista II	01 ano de magistério no ensino superior	1.100,00
Professor pesquisador	03 anos de experiência no ensino superior	1.300,00
Professor Pesquisador II	01 ano de magistério no ensino superior ou a vinculação a programas de mestrado ou doutorado	1.100,00
Tutor	01 ano no magistério no ensino básico ou superior, formação pós-graduada ou estar vinculado a programas de mestrado ou doutorado	765,00

Fonte: DOU, Resolução Nº 8 de 30 de abril de 2010

Faz-se necessário observar que a evolução da remuneração para o desenvolvimento da tutoria também não apresentou evolução significativa, porém, no desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem nos cursos na EaD, cada vez a ação da tutoria se torna mais complexa devido ao também complexo desenvolvimento das tecnologias que servem de base para a organização do aprendizado nos espaços virtuais de aprendizagem (MILL e FIDALGO, 2007).

4. A divisão do trabalho pedagógico e os diferentes papéis do professor na EaD

Com a cristalização do modelo Universidade Aberta, proposta da esfera governamental para a ampliação do ensino superior no país, observamos que a os recursos multimídias cada vez mais se torna a ação que determina a qualidade do desenvolvimento dos cursos oferecidos pelas instituições vinculadas ao sistema UAB. De acordo com a afirmação de Maia e Mattar (2007), a atuação do tutor também se torna uma variável neste contexto que define o modelo de curso desenvolvido pela instituição bem como a autonomia de atuação do professor-tutor.

A partir da lei das bolsas, podemos observar claramente o delineamento de uma estrutura própria e hierarquia do papel dos sujeitos envolvidos que se distancia da proposta do desenvolvimento na pesquisa metodológica proposta

para a modalidade. Isso dá no momento em que se destinam os valores maiores das bolsas aos profissionais que apenas produzem o material escrito para a modalidade ou coordenam seu desenvolvimento, todavia, aos que efetivamente desenvolvem a pesquisa metodológica, ou seja, estão em contato direto com os AVEAS e alunos, como o professor-tutor, esses valores são reduzidos consideravelmente. A alteração observada se apresenta apenas na exigência de formação para atuação na tutoria.

O texto do documento final da Conferência Nacional de Educação CONAE 2010, chama a atenção para esta realidade. Na referência à necessidade de formar professores para atuação nos diversos níveis de ensino aponta para o investimento na formação continuada do professor por meio da modalidade EaD.

Nesse contexto, o documento afirma que a escolha da modalidade na qual se dará a formação desse profissional não apresenta uma escolha preferencial, porém, o critério de escolha se dará levando em consideração “uma formação de qualidade socialmente referenciada”. Nesse sentido, reconhece a importância do papel do professor (a) para o bom andamento do curso, referendando que a ação docente deve ser enfatizada em todos os momentos do processo formativo, que em sua estruturação, deverá considerar a “manutenção do professor (a) na implementação, acompanhamento, monitoramento e avaliação das ações de formação”.

Ainda sob a ótica da formação de qualidade social, citada pelo documento, na centralização do papel do professor (a) no andamento dos cursos propõe a substituição do professor (a) em detrimento ao tutor (a) tanto nos processos formativos presenciais quanto a distância. Nesse sentido, essa substituição se dará devido ao que o documento chama de “busca da qualidade social de formação” que da forma como acontecia não prescindia de um “acompanhamento docente efetivo, nem de momentos presenciais de aprendizagem coletiva” passando a se efetivar a partir de um acompanhamento mais próximo possibilitado pela atuação do professor (a) junto ao professor em formação.

Dessa forma, não há mais espaço apenas para a monitoria, mas sim, para uma ação efetiva junto ao aluno que já é desenvolvida por esse profissional, a grande questão agora é já que na formulação do documento final da conferência já se vê uma representatividade do professor-tutor e a sinalização do seu reconhecimento enquanto profissional da docência no desenvolvimento das suas atividades.

Outra proposta que surge no documento se referindo a propostas para a construção de demandas estruturais que objetivam as condições que delineiem um sistema público para a formação do profissional de educação relaciona os polos da UAB como “centros de formação continuada dos profissionais de educação coordenados pelas universidades, em parceria com as redes públicas de ensino, e a substituição dos tutores por professores efetivos” (p.88).

A questão agora ganha uma proporção maior. O fato do professor-tutor tornar-se efetivo do polo (ou centro de formação) em que atua torna-se uma grande conquista profissional, porém, mais uma vez reiteramos à necessidade de se rever a estrutura profissional estabelecida pelo modelo UAB para a atuação nos AVEAs. O professor-tutor, agora efetivo, permanecerá submetido a mesma estrutura hierárquica engessada do modelo, inclusive permanecendo com o mesmo piso salarial ou, uma vez efetivo, esse piso será revisto e modificado passando a se igualar com os sujeitos superiores na estrutura hierárquica?

Tomemos como exemplo uma das instituições que estamos analisando na nossa pesquisa, a instituição 01 para ilustrarmos a nossa discussão. A instituição desenvolve seus cursos a partir da estrutura da UAB. Em um dos cursos oferecidos, durante todo o seu desenvolvimento, é alocado um professor-tutor para cada disciplina, assim seriam necessários 47 professores-tutores para o desenvolvimento das disciplinas que compõem a grade curricular do curso até o seu encerramento.

Nesse desenho administrativo, podemos somar mais 01 professor-executor para cada disciplina, que de acordo com o modelo UAB é o

responsável pelo desenvolvimento da disciplina, o que já somaria mais 47 sujeitos envolvidos no curso. Seguindo ainda o pressuposto da organização administrativa do curso soma-se mais 01 professor conteudista para cada disciplina, 01 coordenador de tutoria, 01 coordenador de curso, sem falar que para cada polo atendido pela instituição seria acrescido de mais 01 tutor presencial e 01 coordenador de polo. Se considerarmos apenas os professores-tutores, executores e conteudista já terão um número de 132 sujeitos envolvidos com a estrutura didático-pedagógica inicial do curso.

Conclusão

Ainda não observamos a definição de uma legislação oficial que reconheça o desenvolvimento da tutoria como ação docente e como uma profissão com características específicas, embora vejamos sinalizações que caminham para isto. Assim como a ação docente desenvolvida na modalidade presencial, a definição de um modelo que leve em consideração a ação da tutoria é um dos elementos-chave para o desenvolvimento da qualidade de um curso na modalidade EaD.

Em vista dessa indefinição de uma política definitiva, encontramos as instituições que desenvolvem cursos na modalidade a distância ainda organizando-se com base no modelo cristalizado pela UAB e contribuindo, de certa forma, tanto para o processo de hierarquização docente quanto para o engessamento de práticas docentes que possam dar nova visibilidade ao desenvolvimento dos processos de ensino e aprendizagem na EaD.

Nesta perspectiva, é fundamental que os pesquisadores continuem enveredando pelos caminhos da pesquisa como forma de repensar um modelo de EaD que valorize de fato a atuação dos profissionais nela envolvidos como elemento essencial para desenvolvimento da aprendizagem, além de caminhar na busca pelo reconhecimento profissional do professor-tutor como sujeito que desenvolve uma ação efetiva de docência nos AVEAS, não como monitor de tal ação pois esta ação acaba por não se enquadrar nas necessidades atuais da modalidade.

REFERÊNCIAS

BRASIL, 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Lei de Diretrizes e Bases para a Educação (LDB) Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/ldb.pdf>, acesso em 08/01/11.

BRASIL, Lei 11.273 de 06 de fevereiro de 2006. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11273.htm. Acesso em 08/01/2011.

EMERENCIANO, M. S.. SOUZA, C. A L..FREITAS L. G.. *Ser Presença como Educador professor e Tutor*. Revista Digital da CVA, volume 1, número 1. Agosto de 2001.

Resolução Nº 08, de 30 de abril de 2010. Disponível em: http://uab.capes.gov.br/images/stories/downloads/legislacao/Resolucao8_BolsasUAB_FNDE.pdf, acesso em 08/01/11.

MOTA, Ronaldo e FILHO, Hélio Chaves. *Universidade aberta e perspectivas para a educação a distância no Brasil*, in, Educação On Line, SILVA, Marco (org). São Paulo, Loyola – 2ª ed – 2006.

MAIA, Carmem e MATTAR João. *ABC da EAD: a educação a distância hoje*. – 1 ed. – São Paulo : Pearson Prentice Hall, 2007.

PETERS, Otto. *Didática do ensino a distância*. São Leopoldo,RS. Unisinos, 2001.

Brasil, Ministério da Educação. Conferência Nacional de Educação –CONAE 28 de março a 1º de abril 2010. Documento Final. Brasília, 2011.